

---

# Carbono Zero



**PODER  
JUDICIÁRIO**  
DO ESTADO DO ACRE

# PLANO DE DESCARBONIZAÇÃO



2026

O Poder Judiciário do Estado do Acre, em alinhamento com a Resolução CNJ nº 594/2024 e com as diretrizes do Programa Justiça Carbono Zero, apresenta seu Plano de Descarbonização como instrumento estratégico para a gestão e redução das emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE) associadas às suas atividades institucionais.

A versão original do plano foi elaborada com base em dados preliminares referentes ao ano-base 2024, constituindo um marco inicial para a estruturação das ações de descarbonização no âmbito do Tribunal. A presente atualização representa um avanço técnico relevante, ao incorporar os resultados do Inventário de Emissões de GEE do ano-base 2025, elaborado conforme as diretrizes do Programa Brasileiro GHG Protocol, que permitiu a quantificação e a caracterização do perfil emissor institucional.

Com base nesse aprimoramento, o plano passa a adotar uma abordagem orientada por dados, direcionando as estratégias de mitigação para as fontes mais relevantes de emissão, com foco na efetividade das ações e na melhoria do desempenho ambiental.

Estruturado nos pilares de quantificação, redução e compensação de emissões, o Plano de Descarbonização estabelece diretrizes para a transição progressiva do TJAC para um modelo operacional de baixo carbono, integrando eficiência no uso de recursos, inovação nos processos e adoção de soluções sustentáveis.

Com horizonte de implementação até 2030, esta atualização fortalece a governança climática institucional, com base em monitoramento contínuo, indicadores mensuráveis e revisão periódica das ações, assegurando alinhamento com as melhores práticas nacionais e internacionais.

# INTRODUÇÃO

# ORGANIZAÇÃO

## PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO ACRE

- Nome fantasia: TJAC
- CNPJ 04.034.872/0001-21
- Rua Tribunal de Justiça, s/n., Via Verde, Rio Branco, Acre  
– Brasil
- (68) 3302-0390
- [www.tjac.jus.br](http://www.tjac.jus.br)

# RESPONSÁVEL PELA PELA GOVERNANÇA DO PLANO DE DESCARBONIZAÇÃO

## Coordenadoria de Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental – COSUS

- Coordenadora: Valcilda Bezerra de Amorim
- E-mail: [cosus@tjac.jus.br](mailto:cosus@tjac.jus.br)
- Rua Desembargador Jorge Araken, s/n, Via Verde
- Rio Branco – AC | CEP: 69915- 631
- (68) 3302-8401
- [www.tjac.jus.br](http://www.tjac.jus.br)



# ELABORADO POR

## BIOESCOPO NEGÓCIOS SUSTENTÁVEIS

- CNPJ 50.790.014/0001-24
- Registro IBAMA nº 8703088
- Registro CRBio nº 11016-02
- Av. Alfredo Balthazar da Silveira, 580, LJ 116, Recreio dos Bandeirantes, Rio de Janeiro - Brasil
- (21) 99365-8585 | @bioescopo
- comercial@bioescopo.com.br
- www.bioescopo.com.br

bioescop®  
Negócios Sustentáveis

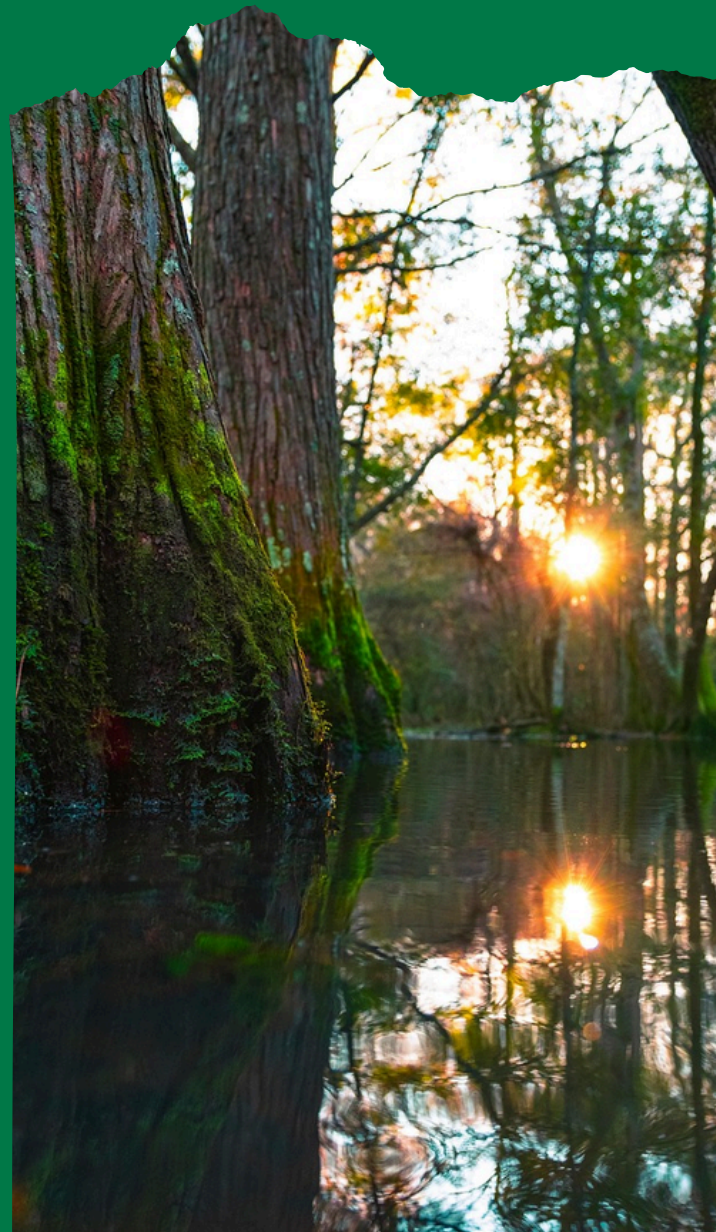


# OBJETIVO

O presente Plano de Descarbonização tem como objetivo estabelecer diretrizes estratégicas, metas e ações para a redução e neutralização das emissões de gases de efeito estufa associadas às atividades do Poder Judiciário do Estado do Acre, com base no inventário de emissões referente ao ano-base de 2025.

A partir da identificação do perfil emissor institucional, o plano orienta a priorização de ações de mitigação alinhadas à materialidade das fontes de emissão, promovendo a integração da gestão climática aos processos administrativos e operacionais do TJAC. Nesse contexto, busca-se reduzir progressivamente a pegada de carbono institucional por meio da adoção de medidas voltadas à eficiência no uso de recursos, à transição para fontes energéticas de menor impacto, à otimização da mobilidade institucional e à melhoria da gestão de resíduos e efluentes.

O plano também estabelece as bases para a compensação das emissões residuais, por meio de mecanismos reconhecidos, como projetos de sequestro de carbono e aquisição de créditos certificados, de forma complementar às ações de redução. Adicionalmente, este instrumento visa assegurar o alinhamento do Poder Judiciário às diretrizes do Programa Justiça Carbono Zero, instituído pela Resolução CNJ nº 594/2024, bem como a outros compromissos institucionais relacionados à sustentabilidade e à agenda climática, consolidando uma abordagem estruturada, mensurável e continuamente aprimorada para a descarbonização institucional.





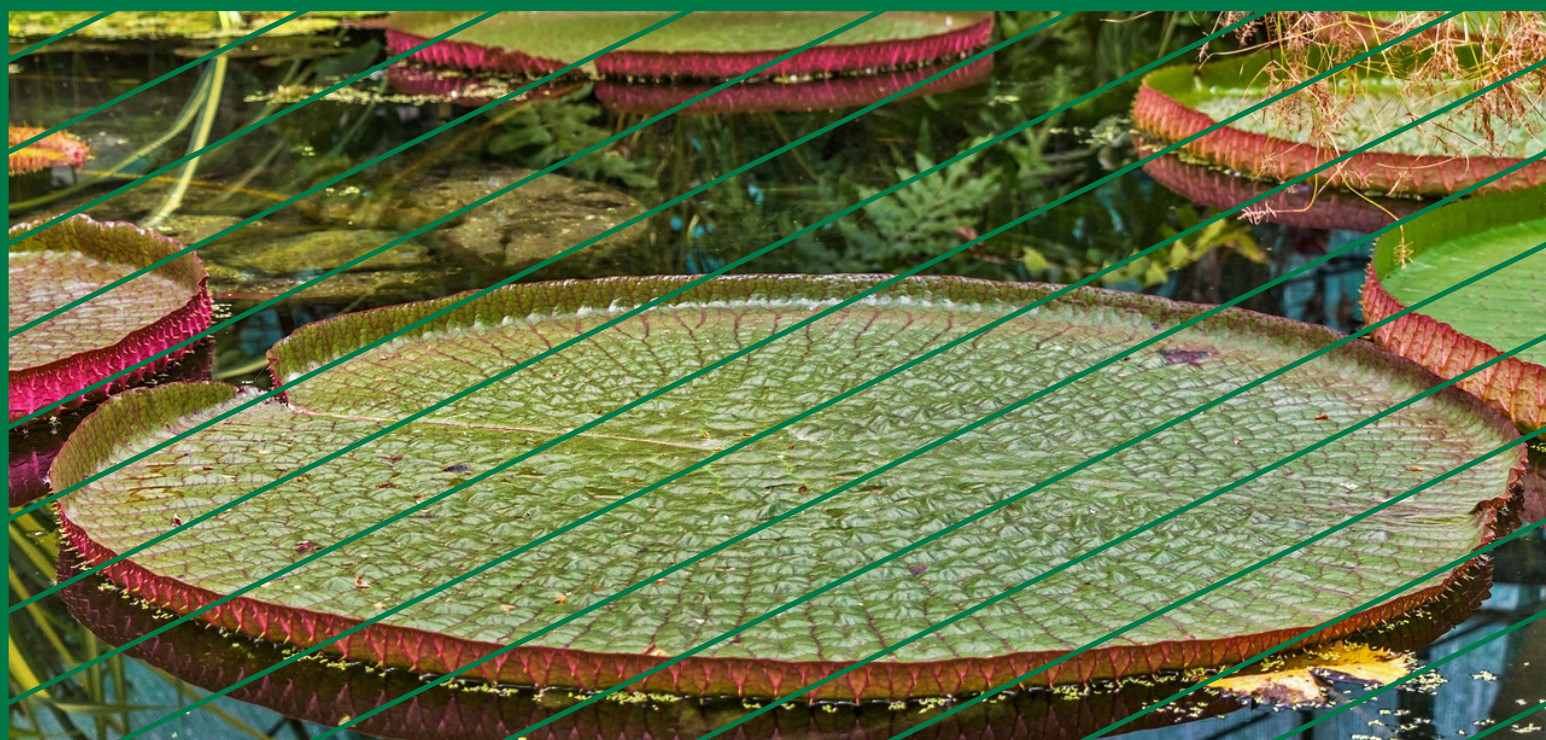
# DIRETRIZES GERAIS

O Plano de Descarbonização do TJAC constitui um instrumento estratégico de gestão climática, orientado pela quantificação, redução e compensação das emissões de GEE, em conformidade com a Resolução CNJ nº 594/2024 e com as melhores práticas do Programa Brasileiro GHG Protocol.

A presente atualização incorpora os resultados do Inventário de Emissões de GEE do ano-base 2025, permitindo o direcionamento das ações com base no perfil emissor institucional, caracterizado pela predominância de emissões indiretas, especialmente associadas à mobilidade e às atividades operacionais.

As diretrizes gerais do plano estão estruturadas a partir dos seguintes princípios estratégicos:

- 
**Gestão orientada por dados**  
 As decisões relacionadas à descarbonização deverão ser fundamentadas nos resultados do inventário de emissões, assegurando que as ações priorizem as fontes mais relevantes e promovam maior efetividade na redução da pegada de carbono institucional.
- 
**Priorização por materialidade de emissões**  
 As estratégias de mitigação deverão considerar a relevância das fontes emissoras identificadas, com foco prioritário nas emissões indiretas (Escopo 3), sem prejuízo da gestão contínua das emissões diretas (Escopo 1) e do consumo de energia (Escopo 2).





### **Integração com a gestão institucional**

As ações de descarbonização deverão ser integradas aos processos administrativos, operacionais e de planejamento do TJAC, promovendo eficiência no uso de recursos, redução de custos e melhoria contínua do desempenho ambiental.



### **Hierarquia de mitigação**

O plano observará a seguinte ordem de prioridade:

- 1.Redução das emissões na fonte;
- 2.Substituição por alternativas de menor impacto;
- 3.Compensação das emissões residuais.

Essa abordagem assegura a efetividade das ações e evita a dependência exclusiva de mecanismos compensatórios.



### **Monitoramento, reporte e transparência**

O desempenho climático do TJAC será acompanhado por meio de indicadores mensuráveis, com monitoramento contínuo das emissões e reporte periódico, garantindo transparência, rastreabilidade e suporte à tomada de decisão.



### **Melhoria contínua e revisão periódica**

O Plano de Descarbonização será revisado periodicamente, considerando a evolução dos dados, avanços tecnológicos, mudanças regulatórias e oportunidades de aprimoramento das estratégias adotadas.



### **Alinhamento à agenda climática e às diretrizes do CNJ**

As ações previstas neste plano estão alinhadas ao Programa Justiça Carbono Zero, contribuindo para o alcance da neutralidade de carbono no âmbito do Poder Judiciário e para o fortalecimento da governança ambiental institucional.



# INVENTÁRIO COMO BASE

O Inventário de Emissões de GEE do TJAC referente ao ano-base de 2025, constitui o principal instrumento técnico para a compreensão do perfil emissor institucional e para a definição de estratégias eficazes de descarbonização.

Elaborado em conformidade com as diretrizes do Programa Brasileiro GHG Protocol e alinhado aos princípios da ABNT NBR ISO 14064-1, o inventário consolida uma base metodológica consistente, rastreável e comparável, permitindo não apenas a quantificação das emissões, mas também a identificação dos principais vetores de impacto climático associados às atividades do TJAC .

No ano-base de 2025, as emissões totais do TJAC foram quantificadas em **2.954,80 tCO<sub>2</sub>e**, distribuídas entre os três escopos definidos pelo GHG Protocol, com predominância expressiva das emissões indiretas do Escopo 3, que representam a maior parcela do inventário institucional.

Esse resultado evidencia uma característica fundamental do perfil emissor do Tribunal: suas emissões não estão concentradas majoritariamente em fontes diretas sob controle operacional, mas sim em atividades indiretas associadas ao seu funcionamento administrativo, especialmente aquelas relacionadas à mobilidade dos servidores, gestão de resíduos e deslocamentos institucionais.

A análise desagregada do inventário demonstra que o deslocamento casa-trabalho configura-se como a principal fonte emissora individual, seguido pelas emissões associadas à disposição de resíduos sólidos e às viagens a negócios. No âmbito das emissões diretas, destaca-se a combustão móvel da frota institucional, enquanto as emissões de energia elétrica apresentam baixa representatividade relativa, em função da matriz energética brasileira predominantemente renovável.

Além da quantificação das emissões, o inventário de 2025 representa um avanço metodológico significativo em relação ao ano-base anterior, com ampliação da cobertura das fontes emissoras, inclusão de novas categorias relevantes (como efluentes líquidos) e aprimoramento das premissas de cálculo, especialmente no tratamento de emissões fugitivas e deslocamento casa-trabalho. Esse aprimoramento resultou em maior completude e aderência aos princípios de transparência, consistência e representatividade, ainda que tenha implicado aumento no total reportado em relação a 2024, o qual deve ser interpretado como reflexo da evolução metodológica e não necessariamente como crescimento real das emissões.

Do ponto de vista estratégico, o inventário evidencia que as maiores oportunidades de redução de emissões no TJAC não estão concentradas em intervenções tradicionais de infraestrutura, mas sim em políticas institucionais voltadas à gestão da mobilidade, comportamento organizacional, logística interna e eficiência operacional indireta.

Adicionalmente, o inventário explicita limitações relevantes associadas à disponibilidade e granularidade dos dados, especialmente nas categorias de resíduos, efluentes e deslocamento casa-trabalho, nas quais foram necessárias abordagens baseadas em premissas, extrapolações e parâmetros padrão. Essas limitações não comprometem a consistência global dos resultados, mas indicam oportunidades claras de evolução na qualidade da gestão de dados institucionais, aspecto fundamental para o aprimoramento contínuo do plano de descarbonização.

Nesse contexto, o Inventário de GEE de 2025 deve ser compreendido como base estratégica para a gestão climática do TJAC, orientando a priorização de ações, a definição de metas realistas e o monitoramento da efetividade das medidas implementadas ao longo do tempo.

Dessa forma, todas as diretrizes, metas e ações estabelecidas neste Plano de Descarbonização estão diretamente fundamentadas nos resultados e nas evidências técnicas provenientes do inventário, assegurando coerência, rastreabilidade e alinhamento com as melhores práticas de gestão de emissões de gases de efeito estufa.

# PERFIL DAS EMISSÕES

O inventário de emissões de GEE do ano-base 2025 quantificou um total de 2.954,80 tCO<sub>2</sub>e, distribuídas entre os três escopos de emissão, permitindo a caracterização do perfil emissor institucional e a identificação das principais fontes responsáveis pela pegada de carbono do TJAC.

A análise dos resultados evidencia a predominância de emissões indiretas (Escopo 3), que representam a maior parcela das emissões totais da instituição, totalizando 2.376,71 tCO<sub>2</sub>e, o que corresponde a aproximadamente 80% das emissões inventariadas.

As emissões diretas (Escopo 1) somam 445,06 tCO<sub>2</sub>e, associadas principalmente ao uso de combustíveis na frota institucional e às emissões fugitivas de sistemas de climatização.

Já as emissões indiretas de energia (Escopo 2) apresentam menor representatividade, com 133,04 tCO<sub>2</sub>e, refletindo o perfil da matriz elétrica brasileira, predominantemente baseada em fontes renováveis.

Esse perfil evidencia que as principais oportunidades de redução de emissões no TJAC estão associadas às fontes indiretas, especialmente aquelas relacionadas à mobilidade e às atividades operacionais.

A desagregação das emissões por categoria permite identificar os principais vetores de emissão da instituição:

- **Deslocamento casa-trabalho (Escopo 3)**: principal fonte emissora do inventário, evidenciando o impacto da mobilidade dos servidores na pegada de carbono institucional;
- **Resíduos gerados nas operações (Escopo 3)**: contribuição relevante associada à destinação de resíduos sólidos;
- **Viagens a negócios (Escopo 3)**: emissões relacionadas ao deslocamento institucional;
- **Combustão móvel (Escopo 1)**: emissões diretas associadas à frota veicular do TJAC;
- **Emissões fugitivas (Escopo 1)**: provenientes de sistemas de refrigeração e climatização.

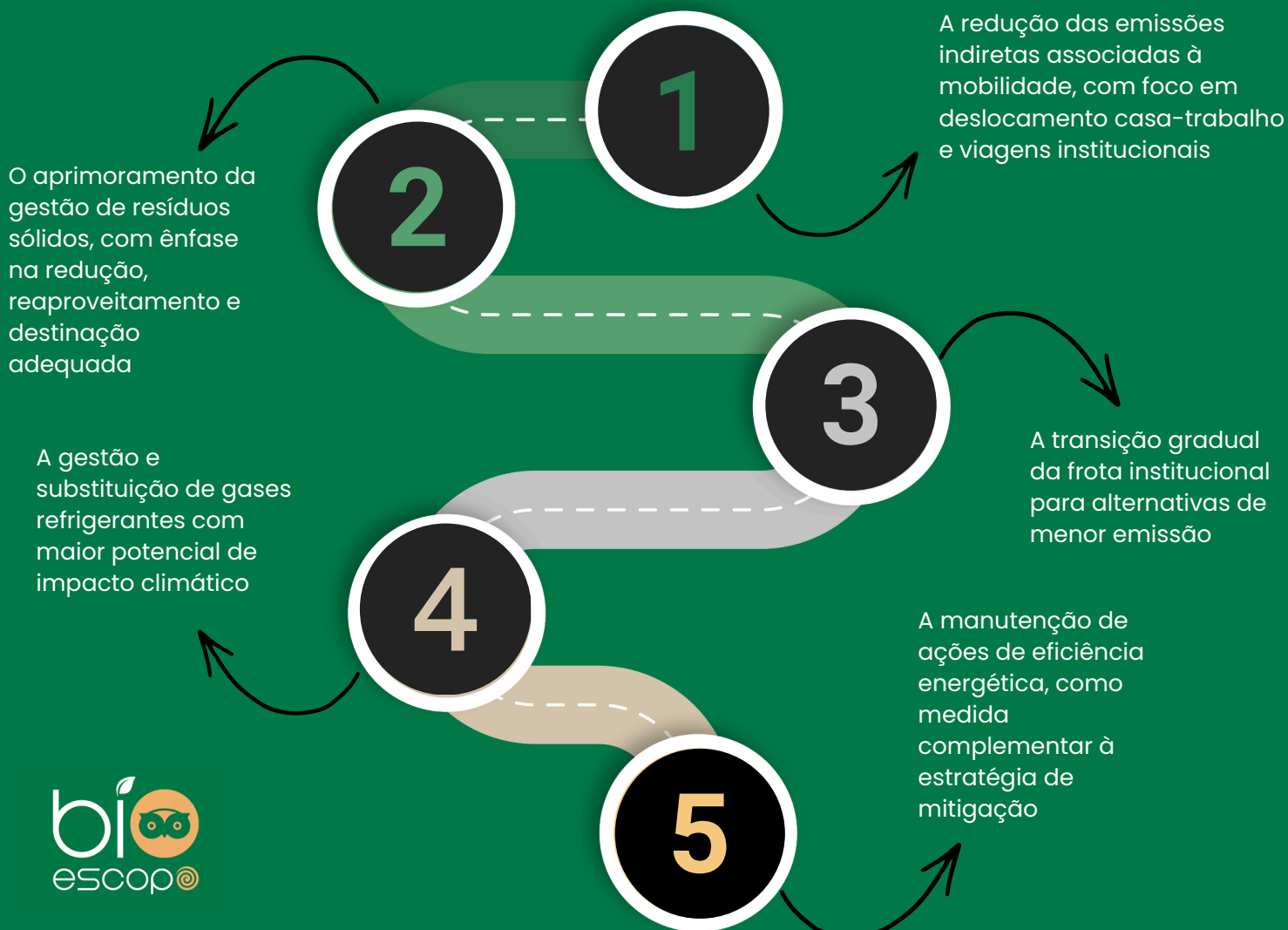
# ANÁLISE ESTRATÉGICA

O perfil de emissões do TJAC é característico de instituições públicas administrativas, com predominância de emissões indiretas associadas ao comportamento e às rotinas dos usuários, especialmente no que se refere à mobilidade urbana.

Esse cenário implica que as estratégias de descarbonização devem ir além de intervenções operacionais tradicionais, demandando ações estruturantes voltadas à mudança de comportamento, incentivo à mobilidade sustentável e revisão de práticas institucionais.

Adicionalmente, observa-se que as emissões associadas ao consumo de energia elétrica possuem baixa representatividade relativa no total inventariado, o que indica que, embora importantes, ações voltadas exclusivamente à eficiência energética terão impacto limitado na redução global das emissões.

Com base no diagnóstico realizado, a estratégia de descarbonização do TJAC deverá priorizar:



# INVENTÁRIO DE GEE CONECTADO AO RELATÓRIO DE DESEMPENHO ANUAL

A análise integrada entre os resultados do Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa referente ao ano-base de 2025 e as informações consolidadas no Relatório de Desempenho Anual do TJAC permite avaliar o grau de aderência entre o perfil emissor institucional e as práticas de gestão já implementadas no âmbito do Tribunal.

De forma geral, observa-se que o TJAC já apresenta iniciativas consolidadas em áreas relevantes para a agenda de sustentabilidade, especialmente no que se refere à gestão do consumo energético, à adoção de fontes renováveis e à implementação de ações vinculadas ao Plano de Logística Sustentável. Destaca-se, nesse contexto, a existência de sistemas de geração de energia fotovoltaica e de práticas de monitoramento do consumo energético, que constituem base importante para a ampliação das estratégias de eficiência energética e redução das emissões de Escopo 2.

No que se refere à gestão de resíduos sólidos, o Relatório de Desempenho Anual indica a existência de práticas institucionais relacionadas à segregação e destinação adequada de resíduos, as quais se encontram alinhadas às diretrizes do Plano de Logística Sustentável. Essas iniciativas contribuem para a mitigação das emissões associadas à disposição de resíduos, ainda que haja oportunidade de aprimoramento na rastreabilidade das informações e na qualificação dos dados utilizados para fins de inventário.

Por outro lado, a análise evidencia lacunas relevantes entre o perfil emissor identificado e as práticas atualmente estruturadas no âmbito institucional. Destaca-se, nesse sentido, a ausência de tratamento sistematizado da mobilidade institucional e do deslocamento casa-trabalho no Relatório de Desempenho Anual, apesar de essa categoria representar o principal vetor de emissões no inventário de 2025. Essa discrepância indica a necessidade de incorporar, de forma estruturada, políticas e ações voltadas à mobilidade sustentável, ampliando o escopo dos instrumentos de gestão existentes.

Situação semelhante é observada em relação às emissões fugitivas associadas aos sistemas de climatização e refrigeração, cuja inclusão no inventário de 2025 representa um avanço metodológico relevante. A ausência de tratamento específico dessa temática nos instrumentos institucionais vigentes evidencia a necessidade de fortalecimento da gestão predial, com foco no controle de equipamentos, manutenção preventiva e gestão de fluidos refrigerantes.

Adicionalmente, a categoria de efluentes líquidos, também incorporada ao inventário de 2025, ainda apresenta limitações significativas quanto à disponibilidade e qualidade dos dados, não sendo plenamente refletida no Relatório de Desempenho Anual. Nesse contexto, o plano de descarbonização passa a desempenhar papel estruturante na consolidação de uma base informacional mais robusta, que permita a adequada mensuração e gestão dessas emissões ao longo do tempo.

Por fim, destaca-se que a existência do Plano de Logística Sustentável e a utilização de sistemas institucionais de gestão de informações, como o Sistema Eletrônico de Informações (SEI), constituem elementos fundamentais para a integração entre o inventário de emissões, o plano de descarbonização e os instrumentos de gestão já existentes. Essa base institucional favorece a implementação das ações propostas, bem como o aprimoramento contínuo da governança ambiental do Tribunal.

Dessa forma, o cruzamento entre o Inventário de Emissões de GEE e o Relatório de Desempenho Anual evidencia um cenário de maturidade institucional em evolução, no qual coexistem iniciativas consolidadas em determinadas áreas e lacunas estruturais em outras, especialmente aquelas associadas às emissões indiretas de maior materialidade. O presente Plano de Descarbonização, portanto, atua como instrumento integrador e indutor de aprimoramento, orientando a expansão e o alinhamento das práticas institucionais às prioridades identificadas no perfil emissor do TJAC.



# EIXOS ESTRATÉGICOS DE DESCARBONIZAÇÃO

A estratégia de descarbonização do Poder Judiciário do Estado do Acre foi atualizada com base na análise do perfil emissor identificado no inventário de 2025, priorizando as fontes de maior materialidade e considerando o potencial de redução, o nível de controle institucional e a viabilidade de implementação das ações.

Dessa forma, os eixos estratégicos definidos refletem uma abordagem orientada por evidência, direcionando os esforços institucionais para os principais vetores de emissão e promovendo uma atuação integrada entre aspectos operacionais, comportamentais e de governança.

## **Mobilidade institucional e mobilidade de pessoas**

Este eixo atua diretamente sobre o principal vetor de emissões identificado no inventário, relacionado ao deslocamento casa-trabalho, bem como sobre as emissões associadas à mobilidade institucional, incluindo viagens a negócios e uso da frota oficial.

A predominância dessas fontes no Escopo 3 evidencia que a mobilidade representa o maior desafio e, simultaneamente, a maior oportunidade de redução de emissões do TJAC. No entanto, trata-se de um eixo que exige abordagem estruturada, uma vez que envolve fatores externos ao controle direto da instituição, como infraestrutura urbana e comportamento individual dos servidores.

As ações estratégicas nesse eixo devem priorizar a indução de mudanças no padrão de deslocamento, por meio de políticas institucionais de mobilidade sustentável, incentivo ao uso de modais coletivos e compartilhados, estímulo ao teletrabalho e à flexibilização de jornadas, além da racionalização das viagens institucionais.

No âmbito da frota oficial, as ações devem focar na redução do consumo de combustíveis fósseis, por meio da otimização do uso de veículos, renovação gradual da frota e avaliação de alternativas de transição energética.

## Gestão de resíduos e efluentes

Este eixo está diretamente associado ao segundo principal vetor de emissões do inventário, relacionado à disposição de resíduos sólidos, além de incorporar a gestão de efluentes líquidos, cuja inclusão no inventário de 2025 ampliou a cobertura das emissões indiretas.

A análise do perfil emissor evidencia que, além do potencial de redução direta de emissões, esse eixo apresenta forte oportunidade de melhoria na qualidade dos dados e na rastreabilidade das informações, aspectos fundamentais para o aprimoramento contínuo do inventário.

As ações estratégicas devem contemplar a redução da geração de resíduos na fonte, o fortalecimento de práticas de segregação, reciclagem e logística reversa, bem como a qualificação dos contratos e registros relacionados à coleta, transporte e destinação final.

No caso dos efluentes, as ações devem priorizar a melhoria da base de dados, com maior detalhamento das características do tratamento e da carga orgânica, permitindo maior precisão na quantificação das emissões e identificação de oportunidades de mitigação.

## Eficiência e transição energética

Embora as emissões associadas ao consumo de energia elétrica apresentem menor representatividade relativa no inventário, este eixo permanece estratégico, por se tratar de uma fonte sobre a qual o TJAC possui elevado grau de controle direto.

As ações devem priorizar a melhoria da eficiência energética das instalações, a redução do consumo por meio de medidas operacionais e tecnológicas, e a ampliação da participação de fontes renováveis, com destaque para a geração fotovoltaica já existente.

Adicionalmente, torna-se necessário avançar na rastreabilidade da energia gerada e consumida, de forma a possibilitar, futuramente, a incorporação dos benefícios da autogeração na redução das emissões reportadas no Escopo 2. Este eixo também desempenha papel relevante na redução de custos operacionais, contribuindo para a sustentabilidade econômica das ações de descarbonização.

## **Infraestrutura Predial e Gestão de Sistemas de Climatização**

Este eixo atua sobre as emissões diretas associadas aos sistemas de climatização e refrigeração, classificadas como emissões fugitivas no Escopo 1, além de contribuir indiretamente para a eficiência energética das edificações.

A inclusão dessas emissões no inventário de 2025 representa um avanço metodológico relevante e evidencia a necessidade de estruturar uma gestão mais robusta dos equipamentos e dos fluidos refrigerantes utilizados.

As ações estratégicas devem contemplar a substituição progressiva de equipamentos que utilizam fluidos com maior potencial de aquecimento global, a implementação de planos de manutenção preventiva e controle de vazamentos, bem como o aprimoramento dos registros de recarga e descarte de gases.

Este eixo também deve ser integrado às estratégias de modernização da infraestrutura predial, promovendo soluções que aumentem a eficiência térmica e reduzam a dependência de sistemas intensivos em energia.

## **Compensação de Emissões e Neutralização de Carbono**

Este eixo tem como finalidade tratar as emissões residuais que não possam ser eliminadas por meio de ações de redução, consolidando a estratégia de neutralização de carbono do TJAC.

A compensação deve ser implementada de forma complementar e progressiva, priorizando inicialmente a redução das emissões nas fontes de maior materialidade e, posteriormente, a neutralização das emissões remanescentes.

As ações podem incluir o desenvolvimento ou apoio a projetos de sequestro de carbono, como reflorestamento e recuperação de áreas degradadas, bem como a aquisição de créditos de carbono certificados, desde que atendam a critérios de integridade ambiental, adicionalidade e rastreabilidade.

Este eixo deve estar alinhado às diretrizes do Programa Justiça Carbono Zero e às metas institucionais de descarbonização, garantindo que a neutralização seja alcançada de forma consistente e verificável.

# PLANO DE AÇÃO PARA DESCARBONIZAÇÃO

O Plano de Ação para Descarbonização do TJAC foi estruturado a partir dos eixos estratégicos definidos neste documento, com o objetivo de promover a redução progressiva das emissões de gases de efeito estufa identificadas no inventário institucional de 2025, assegurando coerência entre as fontes emissoras, as ações propostas e a capacidade de implementação do Tribunal.

Em alinhamento com a Resolução CNJ nº 594/2024, o presente plano adota como referência a meta de redução e compensação de emissões até o horizonte de 2030, no âmbito do Programa Justiça Carbono Zero. Este marco temporal orienta as ações de curto e médio prazo, com foco na implementação de medidas estruturantes e na consolidação de uma governança climática institucional.

Entretanto, considerando a natureza das principais fontes emissoras do TJAC (predominantemente associadas ao Escopo 3, com destaque para o deslocamento casa-trabalho e outras emissões indiretas), reconhece-se que a neutralização plena das emissões depende de fatores que extrapolam o controle direto da instituição, incluindo aspectos comportamentais, infraestrutura urbana e evolução tecnológica.

Nesse contexto, o plano incorpora uma perspectiva de longo prazo, alinhada às diretrizes internacionais de enfrentamento às mudanças climáticas, como aquelas estabelecidas no âmbito das **Nações Unidas** e do **Acordo de Paris**, que indicam o ano de 2050 como horizonte global para a neutralidade de carbono.

Assim, o TJAC estrutura sua estratégia de descarbonização em dois níveis complementares: um horizonte de curto e médio prazo, até 2030, voltado à redução consistente das emissões e à implementação de medidas prioritárias; e um horizonte de longo prazo, até 2050, orientado à consolidação da neutralidade climática, considerando a evolução das condições institucionais, tecnológicas e sistêmicas necessárias para sua plena viabilização.

# PLANO DE AÇÃO POR EIXO ESTRATÉGICO



## Mobilidade institucional e mobilidade de pessoas

Ação	Fonte de Emissão	Prazo*	Responsável típico
Implementar política institucional de mobilidade sustentável	Casa-trabalho	Curto prazo	Administração / Gestão de Pessoas
Incentivar teletrabalho e flexibilização de jornada	Casa-trabalho	Curto prazo	Presidência / RH
Estimular uso de transporte coletivo e compartilhado	Casa-trabalho	Médio prazo	Administração
Otimizar planejamento de viagens institucionais	Viagens a negócios	Curto prazo	Setores administrativos
Implantar sistema de gestão da frota com controle de consumo	Combustão móvel	Curto prazo	Logística
Avaliar substituição gradual da frota por veículos mais eficientes	Combustão móvel	Médio prazo	Administração

### Sobre o prazo\*

Considera-se:

Curto prazo = 2026 - 2027

Médio prazo = 2028 - 2030

Longo prazo = 2030 - 2050

# PLANO DE AÇÃO POR EIXO ESTRATÉGICO



## Gestão de resíduos e efluentes

Ação	Fonte de Emissão	Prazo*	Responsável típico
Implantar programa de redução de geração de resíduos	Resíduos sólidos	Curto prazo	Sustentabilidade
Ampliar segregação e coleta seletiva nas unidades	Resíduos sólidos	Curto prazo	Administração
Melhorar rastreabilidade da destinação final dos resíduos	Resíduos sólidos	Médio prazo	Contratos
Revisar contratos de coleta e destinação	Resíduos sólidos	Médio prazo	Jurídico / Contratos
Estruturar base de dados sobre efluentes líquidos	Efluentes	Curto prazo	Infraestrutura
Avaliar melhorias no sistema de tratamento de efluentes	Efluentes	Médio prazo	Engenharia

### Sobre o prazo\*

Considera-se:

Curto prazo = 2026 - 2027

Médio prazo = 2028 - 2030

Longo prazo = 2030 - 2050

# PLANO DE AÇÃO POR EIXO ESTRATÉGICO



## Eficiência e transição energética

Ação	Fonte de Emissão	Prazo*	Responsável típico
Implementar programa de eficiência energética nas unidades	Energia elétrica	Curto prazo	Infraestrutura
Substituir equipamentos por modelos mais eficientes	Energia elétrica	Médio prazo	Compras
Expandir sistemas de geração fotovoltaica	Energia elétrica	Médio prazo	Administração
Monitorar consumo energético por unidade	Energia elétrica	Curto prazo	Gestão energética
Melhorar rastreabilidade da energia autogerada	Energia elétrica	Médio prazo	Infraestrutura

### Sobre o prazo\*

Considera-se:

Curto prazo = 2026 - 2027

Médio prazo = 2028 - 2030

Longo prazo = 2030 - 2050

# PLANO DE AÇÃO POR EIXO ESTRATÉGICO



## Infraestrutura predial e climatização

Ação	Fonte de Emissão	Prazo*	Responsável típico
Implantar plano de manutenção preventiva de sistemas de climatização	Emissões fugitivas	Curto prazo	Infraestrutura
Controlar e registrar recargas de gases refrigerantes	Emissões fugitivas	Curto prazo	Manutenção
Substituir equipamentos com gases de alto GWP	Emissões fugitivas	Médio prazo	Engenharia
Melhorar eficiência térmica das edificações	Energia / Climatização	Longo prazo	Infraestrutura

### Sobre o prazo\*

Considera-se:

Curto prazo = 2026 - 2027

Médio prazo = 2028 - 2030

Longo prazo = 2030 - 2050

# PLANO DE AÇÃO POR EIXO ESTRATÉGICO



## Compensação de emissões

Ação	Fonte de Emissão	Prazo*	Responsável típico
Desenvolver estratégia institucional de compensação de carbono	Emissões residuais	Curto prazo	Sustentabilidade
Avaliar projetos de reflorestamento e recuperação ambiental	Emissões residuais	Médio prazo	Ambiental
Estruturar aquisição de créditos de carbono certificados	Emissões residuais	Médio prazo	Administração
Monitorar neutralização das emissões ao longo do tempo	Emissões residuais	Contínuo	Gestão ambiental

### Sobre o prazo\*

Considera-se:

Curto prazo = 2026 - 2027

Médio prazo = 2028 - 2030

Longo prazo = 2030 - 2050

# INTEGRAÇÃO COM A GESTÃO INSTITUCIONAL

A efetividade do Plano de Ação para Descarbonização do TJAC está diretamente condicionada à sua integração com os instrumentos de gestão já consolidados na instituição, especialmente o Plano de Logística Sustentável, o planejamento orçamentário e os processos administrativos das áreas responsáveis.

Nesse contexto, as ações propostas neste plano não devem ser tratadas como iniciativas isoladas, mas incorporadas de forma estruturada à rotina institucional, garantindo alinhamento entre os objetivos de descarbonização, a gestão de recursos e as diretrizes estratégicas do Tribunal. A integração com o PLS, em particular, permite potencializar sinergias já existentes nas áreas de consumo de recursos, gestão de resíduos, mobilidade e eficiência operacional, ampliando o impacto das ações implementadas.

Adicionalmente, o presente plano estabelece conexão direta com os **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)** da **Agenda 2030 das Nações Unidas**, com destaque para o **ODS 7 (Energia Limpa e Acessível)**, o **ODS 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis)**, o **ODS 12 (Consumo e Produção Responsáveis)** e o **ODS 13 (Ação contra a Mudança Global do Clima)**. As ações de descarbonização propostas contribuem de forma integrada para o avanço dessas agendas, por meio da redução das emissões de gases de efeito estufa, da melhoria da eficiência no uso de recursos e da promoção de práticas institucionais sustentáveis.

Essa articulação com os ODS amplia o alcance estratégico do plano, permitindo que as iniciativas de descarbonização sejam compreendidas não apenas como medidas ambientais, mas como instrumentos de promoção de desenvolvimento sustentável, com impactos positivos em múltiplas dimensões da gestão pública.

Do ponto de vista da governança institucional, a integração do plano aos sistemas de gestão existentes fortalece a capacidade do TJAC de planejar, executar e monitorar suas ações de forma coordenada e baseada em evidências. A incorporação de indicadores de emissões de GEE, a definição de responsabilidades e a vinculação das ações ao ciclo de planejamento institucional contribuem para o aprimoramento da transparência, da rastreabilidade e da tomada de decisão, elevando o nível de maturidade da gestão ambiental do Tribunal.

A integração entre descarbonização, PLS e ODS consolida uma abordagem sistêmica, na qual a gestão climática deixa de ser um elemento isolado e passa a compor, de forma estruturante, a governança institucional do TJAC, alinhando suas práticas às exigências normativas nacionais e às melhores práticas internacionais.

A relação entre os eixos estratégicos do plano e os ODS é apresentada a seguir, evidenciando o alinhamento das ações de descarbonização do TJAC com a Agenda 2030.

Eixo Estratégico	ODS Relacionados	Conexão com os ODS
<b>Mobilidade Institucional e Deslocamento de Pessoas</b>	ODS 11 e ODS 13	Contribui para cidades mais sustentáveis por meio da redução de deslocamentos motorizados individuais e diminuição das emissões associadas à mobilidade urbana.
<b>Gestão de Resíduos e Efluentes</b>	ODS 12 e ODS 13	Promove padrões sustentáveis de consumo e produção, reduzindo a geração de resíduos e as emissões associadas à sua destinação final.
<b>Eficiência Energética e Transição para Fontes Renováveis</b>	ODS 7 e ODS 13	Estimula o uso eficiente de energia e a ampliação de fontes renováveis, reduzindo a intensidade de carbono das operações institucionais.
<b>Infraestrutura Predial e Climatização</b>	ODS 7, ODS 11 e ODS 13	Melhora a eficiência energética das edificações e reduz emissões fugitivas, contribuindo para infraestrutura mais sustentável e resiliente.
<b>Compensação de Emissões e Neutralização de Carbono</b>	ODS 13	Apoia ações de mitigação das mudanças climáticas por meio da neutralização das emissões residuais e do incentivo a projetos de sequestro de carbono.



# METAS DE REDUÇÃO DE EMISSÕES

As metas de redução de emissões do Poder Judiciário do Estado do Acre foram estabelecidas com base na linha de base do inventário de gases de efeito estufa referente ao ano-base de 2025, totalizando 2.954,80 tCO<sub>2</sub>e.

A definição das metas considerou a materialidade das fontes emissoras, o nível de controle institucional sobre cada categoria e a viabilidade técnica e operacional de implementação das ações propostas, estruturando-se em dois horizontes complementares: até 2030, em alinhamento com a Resolução CNJ nº 594/2024, e até 2050, em consonância com as diretrizes internacionais de neutralidade climática.

De forma agregada, o TJAC estabelece como meta a redução mínima de 30% das emissões até 2030, tomando como referência o ano-base de 2025, com evolução progressiva para a neutralidade de carbono até 2050, por meio da combinação de ações de redução e compensação.

## Mobilidade institucional e mobilidade de pessoas

Considerando que este eixo concentra a maior parcela das emissões do inventário, especialmente no deslocamento casa-trabalho (1.271,31 tCO<sub>2</sub>e) e viagens institucionais (252,98 tCO<sub>2</sub>e), as metas são estruturadas com foco na redução da dependência de deslocamentos individuais motorizados e na racionalização da mobilidade institucional.

Estabelece-se como **meta a redução de 25% das emissões associadas à mobilidade até 2030**, o que corresponde a uma redução aproximada de 380 tCO<sub>2</sub>e em relação à linha de base. Para o horizonte de 2050, projeta-se uma redução de até 60% dessas emissões, condicionada à consolidação de políticas de mobilidade sustentável e à evolução das condições externas, como infraestrutura urbana e adoção de novas tecnologias de transporte.

## Gestão de resíduos e efluentes

As emissões associadas aos resíduos sólidos totalizam aproximadamente 852,42 tCO<sub>2</sub>e no inventário de 2025, sendo fortemente influenciadas pelas condições de destinação final.

Estabelece-se como **meta a redução de 40% das emissões associadas a resíduos até 2030**, equivalente a aproximadamente 340 tCO<sub>2</sub>e, por meio da redução na geração, aumento da reciclagem e melhoria da destinação final. Para 2050, projeta-se uma redução de até 80%, associada à consolidação de práticas de economia circular e melhoria sistêmica da gestão de resíduos. Para efluentes líquidos, a meta inicial está relacionada à melhoria da qualidade dos dados e rastreabilidade até 2030, com posterior definição de metas de redução mais precisas a partir da consolidação das informações.

## Eficiência e transição energética

As emissões associadas à energia elétrica (133,04 tCO<sub>2</sub>e) apresentam menor representatividade relativa, porém elevado potencial de controle direto.

Estabelece-se como **meta a redução de 20% das emissões de Escopo 2 até 2030**, correspondente a aproximadamente 26 tCO<sub>2</sub>e, por meio de ações de eficiência energética e ampliação da geração de energia renovável. Para 2050, projeta-se a redução de até 90% dessas emissões, considerando a expansão da autogeração e possíveis mudanças na matriz energética.

## Infraestrutura predial e climatização

As emissões fugitivas associadas aos sistemas de climatização totalizam aproximadamente 106,26 tCO<sub>2</sub>e no inventário de 2025.

Estabelece-se como **meta a redução de 50% dessas emissões até 2030**, equivalente a aproximadamente 53 tCO<sub>2</sub>e, por meio da substituição de equipamentos, controle de vazamentos e melhoria da gestão de fluidos refrigerantes. Para 2050, projeta-se a eliminação quase total dessas emissões, com substituição integral por tecnologias de baixo impacto climático.

## Emissões Diretas – Combustão Estacionária e Móvel

As emissões diretas associadas à combustão móvel (323,20 tCO<sub>2</sub>e) e estacionária (15,59 tCO<sub>2</sub>e) apresentam potencial de redução por meio de gestão operacional e transição energética.

Estabelece-se como **meta a redução de 30% dessas emissões até 2030**, equivalente a aproximadamente 100 tCO<sub>2</sub>e, por meio da otimização da frota, redução de consumo e avaliação de alternativas energéticas. Para 2050, projeta-se redução superior a 80%, condicionada à evolução tecnológica e substituição de combustíveis fósseis.

# SÍNTESE DAS METAS

De forma consolidada, as metas estabelecidas indicam uma trajetória de redução progressiva das emissões do TJAC, com maior intensidade de redução nas categorias de maior materialidade, especialmente mobilidade e resíduos.

Atingidas as metas estabelecidas para 2030, projeta-se que o TJAC alcance emissões anuais da ordem de aproximadamente **2.000 tCO<sub>2</sub>e**, mantendo uma trajetória consistente de redução até a neutralidade em 2050, quando as emissões remanescentes deverão ser integralmente compensadas por meio de mecanismos reconhecidos.



# MONITORAMENTO E INDICADORES

O monitoramento do Plano de Descarbonização do TJAC constitui elemento central para a verificação da efetividade das ações implementadas e para o acompanhamento da trajetória de redução de emissões estabelecida neste documento.

A avaliação do desempenho será realizada com base em indicadores quantitativos de emissões de gases de efeito estufa, expressos em toneladas de dióxido de carbono equivalente ( $tCO_2e$ ), assegurando alinhamento direto entre as metas estabelecidas, os resultados obtidos e a evolução do inventário institucional.

Nesse contexto, o Inventário de Emissões de GEE, **atualizado anualmente**, configura-se como o principal instrumento de monitoramento do plano, permitindo a mensuração da variação das emissões ao longo do tempo, a identificação de desvios em relação às metas e a revisão das estratégias adotadas.

## Estrutura de monitoramento

O monitoramento será realizado de forma sistemática e contínua, considerando a atualização anual do inventário de emissões e a análise comparativa dos resultados em relação à linha de base de 2025 e às metas definidas para os horizontes de 2030 e 2050.

A partir dessa dinâmica, será possível avaliar não apenas a redução absoluta das emissões, mas também a efetividade das ações implementadas em cada eixo estratégico, permitindo ajustes periódicos no Plano de Ação e nas prioridades institucionais.



## Indicadores de desempenho climático

Os indicadores adotados foram definidos de forma a refletir as principais fontes emissoras identificadas no inventário de 2025 e a permitir o acompanhamento direto das metas estabelecidas por eixo estratégico e por ODS.

### Indicadores globais

Indicador	Unidade	Objetivo
Emissões totais de GEE	tCO <sub>2</sub> e/ano	Monitorar a redução global das emissões em relação à linha de base
Emissões por escopo (1, 2 e 3)	tCO <sub>2</sub> e/ano	Avaliar a contribuição relativa de cada escopo
Intensidade de emissões	tCO <sub>2</sub> e/servidor	Monitorar a eficiência climática institucional

### Indicadores por eixo estratégico

Eixo Estratégico	Indicador	Unidade	Conexão com Meta
Mobilidade institucional	Emissões de deslocamento casa-trabalho e viagens	tCO <sub>2</sub> e/ano	Redução de 25% até 2030
Resíduos e efluentes	Emissões associadas à disposição de resíduos	tCO <sub>2</sub> e/ano	Redução de 40% até 2030
Energia	Emissões de Escopo 2	tCO <sub>2</sub> e/ano	Redução de 20% até 2030
Climatização	Emissões fugitivas	tCO <sub>2</sub> e/ano	Redução de 50% até 2030
Compensação	Percentual de emissões compensadas	%	Neutralização progressiva até 2050

Os indicadores relacionados aos efluentes líquidos serão inicialmente orientados à melhoria da qualidade e rastreabilidade dos dados, sendo progressivamente refinados para permitir mensuração quantitativa mais precisa ao longo dos ciclos de revisão do plano.

## Periodicidade da revisão

O acompanhamento dos indicadores será realizado anualmente, em conjunto com a atualização do inventário de emissões de GEE. Os resultados obtidos deverão ser consolidados em relatórios institucionais, permitindo a análise de desempenho e a comunicação transparente das ações implementadas.

O Plano de Descarbonização será revisado periodicamente, preferencialmente a cada ciclo anual de inventário, de forma a incorporar melhorias metodológicas, atualização das bases de dados e ajustes nas metas e ações, conforme necessário.

## Integração com a Governança Institucional

O monitoramento das emissões e das ações de descarbonização deverá estar integrado aos mecanismos de governança do TJAC, especialmente ao Plano de Logística Sustentável e aos processos de planejamento institucional. A definição clara de responsabilidades, a consolidação de bases de dados e a utilização de indicadores padronizados contribuem para o fortalecimento da transparência, da rastreabilidade e da tomada de decisão baseada em evidências.

Nesse sentido, o acompanhamento sistemático das emissões de GEE não apenas viabiliza o cumprimento das metas estabelecidas, mas também promove a evolução contínua da maturidade da gestão ambiental do Tribunal, consolidando a descarbonização como elemento estruturante da governança institucional.



O Plano de Descarbonização do Poder Judiciário do Estado do Acre consolida uma abordagem estruturada e baseada em evidências para a gestão das emissões de gases de efeito estufa, tendo como fundamento o inventário institucional referente ao ano-base de 2025.

A análise do perfil emissor evidenciou a predominância de fontes indiretas, com destaque para o deslocamento casa-trabalho, a gestão de resíduos e a mobilidade institucional, redefinindo a priorização das ações e direcionando os esforços de mitigação para os vetores de maior materialidade. Nesse contexto, o plano estabelece diretrizes, metas e ações alinhadas à realidade operacional do Tribunal, assegurando coerência entre diagnóstico, estratégia e execução.

A integração do plano aos instrumentos de gestão existentes, especialmente o Plano de Logística Sustentável, bem como sua articulação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e com as diretrizes do Programa Justiça Carbono Zero, reforça o compromisso institucional do TJAC com a agenda climática e com a promoção de práticas sustentáveis no âmbito da administração pública.

Ao estabelecer metas quantificadas, mecanismos de monitoramento baseados no inventário de emissões e uma estrutura de governança definida, o presente plano cria as condições necessárias para o acompanhamento contínuo dos resultados e para o aprimoramento progressivo da gestão climática institucional.

Reconhece-se, contudo, que a efetividade do processo de descarbonização está diretamente associada à evolução da qualidade dos dados, ao fortalecimento da governança e à capacidade de integração das ações propostas à rotina administrativa do Tribunal. Nesse sentido, o plano deve ser compreendido como um instrumento dinâmico, sujeito a revisões periódicas e aprimoramentos contínuos, em consonância com a evolução das práticas institucionais e das diretrizes nacionais e internacionais.

Por fim, o TJAC reafirma, por meio deste Plano de Descarbonização, seu compromisso com a redução das emissões de gases de efeito estufa e com a construção de uma trajetória consistente rumo à neutralidade climática, alinhada aos desafios globais das mudanças climáticas e às responsabilidades institucionais do Poder Judiciário.

O TJAC reafirma, por meio deste Plano de Descarbonização, seu compromisso com a redução das emissões de gases de efeito estufa e com a construção de uma trajetória consistente rumo à neutralidade climática, alinhada aos desafios globais das mudanças climáticas e às responsabilidades institucionais do Poder Judiciário.

# CONCLUSÃO

## **Coordenadoria de Sustentabilidade e Responsabilidade Socioambiental – COSUS**

**Coordenadora: Valcilda Bezerra de Amorim**  
**cosus@tjac.jus.br**

